

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
CENTRO INTERDISCIPLINAR DE NOVAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA NACIONAL ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

Maria Margarete Canabarro

**A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR NO PROCESSO DE GESTÃO
DEMOCRÁTICA: UM ESTUDO NO CMEB PAULO FREIRE**

Porto Alegre
2015

Maria Margarete Canabarro

**A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR NO PROCESSO DE GESTÃO
DEMOCRÁTICA: UM ESTUDO NO CMEB PAULO FREIRE**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gestão Escolar, do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica, apresentado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Programa de Pós Graduação em Educação, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Jaira Coelho Moraes

Porto Alegre
2015

GRATIDÃO...

Ao meu filho Felipe, mana Sã, pais Gládes e Sebastião, pelo amor e segurança durante toda vida.

Ao meu namorado Fabiano, pelo carinho e paciência, referências e provocações em todos os meus anos de estudos.

Aos colegas funcionários, professores e equipe do CMEB Paulo Freire, pela parceria diária, participação nesta pesquisa e incentivo ao meu trabalho.

Aos familiares dos alunos da Comunidade que participaram desta pesquisa colaborando para meu crescimento como gestora.

A todos os professores da Escola de Gestores e a tutora Maria Beatriz Andrade, por todo conhecimento compartilhado durante o curso.

À professora Daniela de Oliveira Pires, pelo interesse e incentivo fundamentais no início deste trabalho.

À professora Jaira Coelho Moraes, que com seus saberes e dedicação orientou meu percurso final na Escola de Gestores, tornando possível esta conquista.

É difícil, realmente, fazer democracia. É que a democracia, como qualquer sonho, não se faz com palavras desencarnadas, mas com reflexão e prática. Não é o que digo o que diz que eu sou democrata, que não sou racista ou machista, mas o que faço. É preciso que o que eu diga não seja contraditado pelo que faço. É o que faço que diz de minha lealdade ou não ao que digo.

(Paulo Freire)

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso trata da gestão democrática escolar, tendo como fio condutor a participação da Comunidade Escolar, famílias, funcionários e professores na escola. Esta pesquisa-ação de abordagem qualitativa visa uma intervenção dentro da escola, de forma a possibilitar aos participantes uma reflexão crítica sobre sua prática e crenças a respeito de Gestão Escolar Democrática, Participação e Conselho Escolar. Tendo como ponto de partida a problematização da participação, este estudo busca identificar os motivos da baixa participação da Comunidade na escola, além de analisar se os sujeitos pesquisados percebem a relação da sua participação com o desenvolvimento dos alunos e a efetivação da Gestão Democrática na escola. Cury (2007), Ferraro (2008), Lück (2010), Paro (2007) e Peroni (2012) foram alguns dos autores que subsidiaram os estudos para a realização deste trabalho. A partir das respostas obtidas nos questionários pode-se afirmar que a participação das famílias, dos professores e funcionários na escola é fundamental para a construção de uma gestão escolar democrática. Contudo a tarefa de trazer a Comunidade para o interior da escola, não pode e nem deve ficar somente sob a responsabilidade do gestor, todos os sujeitos da educação precisam fazer um esforço individual e um movimento coletivo para que a democracia seja aprendida e vivenciada no cotidiano escolar.

Palavras-chaves: Pesquisa-ação; Gestão Democrática; Participação.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|------|-------------------------------------|
| CE | Conselho Escolar |
| CMEB | Centro Municipal de Educação Básica |
| ED | Equipe Diretiva |
| EF | Ensino Fundamental |
| EI | Educação Infantil |
| GD | Gestão Democrática |
| PPP | Projeto Político-Pedagógico |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1. O que é o Conselho Escolar? | 27 |
| Figura 2. Você já participou das reuniões/decisões do Conselho Escolar do CMEB Paulo Freire? | 27 |
| Figura 3. Você sabe o que é um Projeto Político Pedagógico (PPP)? | 28 |
| Figura 4. Você sabia que pode participar da elaboração/atualização do PPP? | 29 |
| Figura 5. O atual foco do PPP está de acordo com o perfil do CMEB Paulo Freire? | 32 |
| Figura 6. Toda Comunidade Escolar deve ser consultada sobre revisões e atualizações do PPP? | 33 |
| Figura 7. O PPP deve ser uma construção coletiva? | 33 |
| Figura 8. Você já leu o PPP do CMEB Paulo Freire? | 34 |
| Figura 9. Você tem sugestões de alterações deste documento (PPP)? | 35 |
| Figura 10. Você já participou das reuniões/decisões do Conselho Escolar? | 36 |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 9 |
| 1.1 | OBJETIVOS | 11 |
| 1.1.1 | Objetivo Geral | 11 |
| 1.1.2 | Objetivos Específicos | 11 |
| 2 | GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA E O DIREITO À EDUCAÇÃO: ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO COLETIVA | 13 |
| 3.1 | CONSELHO ESCOLAR | 16 |
| 3.2 | PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE | 18 |
| 3.3 | PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO | 20 |
| 3 | PESQUISA AÇÃO: UMA ABORDAGEM QUALITATIVA | 23 |
| 3.1 | MÉTODO | 23 |
| 3.2 | POPULAÇÃO ALVO | 24 |
| 3.3 | COLETA DE DADOS | 24 |
| 4 | ANÁLISE DAS AÇÕES | 25 |
| | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 38 |
| | REFERÊNCIAS | 40 |
| | APÊNDICES | 42 |
| | ANEXO | 50 |

1 INTRODUÇÃO

Ao refletir sobre a escola naturalmente nos remetemos àquela do tempo em que estudávamos. Tendemos a romantizar nossa época de alunos e em quase toda comparação que seja feita a escola do passado parece ser superior a de hoje.

A transformação da família e da sociedade também é sentida no interior da escola, todos trabalham fora e a disponibilidade das mães e pais para com seus filhos não é mais a mesma de outrora, por este motivo cada vez mais cedo as crianças são escolarizadas, cabendo aos professores cuidar e educar crianças na mais tenra idade, antes mesmo de ensinar. Toda esta mudança cultural e econômica da sociedade incide diretamente na organização de cada família e muitos não conseguem participar ativamente da vida escolar dos filhos, pelos mais diferentes motivos.

Durante a Escola de Gestores ao estudar e discutir sobre os diferentes temas que permeiam o cotidiano escolar, foi possível refletir sobre minha prática como gestora, entendi a relevância da Gestão Democrática (GD) no âmbito da escola pública e a participação revelou-se o ponto nevrálgico de nossa escola, o calcanhar de Aquiles, justificando aqui a opção por esta pesquisa.

A participação é um dos pilares para a construção da GD no interior da escola, quando conseguirmos incrementar a participação das famílias, alunos, funcionários e professores, construir-se-á uma relação mais dinâmica e dialogada entre os sujeitos da educação, fortalecendo assim o comprometimento destes com a educação.

O Centro Municipal de Educação Básica (CMEB) Paulo Freire situa-se à Rua Ayrton Senna da Silva, nº 227, Bairro Votorantim, no Município de Esteio, no Estado do Rio Grande do Sul. Tendo como Decreto de Criação a Lei Municipal Nº 4.777 de 23 de janeiro de 2009, que altera o art. 1º da Lei Municipal nº 4.726, de 11 de novembro de 2008, que cria e denomina o CMEB Paulo Freire, e o conforme Parecer do CME nº 17/2009 autoriza o funcionamento desta Instituição.

O CMEB Paulo Freire funciona 12 horas por dia, oferece educação para aproximadamente 380 alunos em turno integral nas duas modalidades de ensino:

Educação Infantil (EI) das 7h às 19h e Anos Iniciais do Ensino Fundamental (EF) das 7h30min até às 17h. São 12 turmas de EI (4 berçários, 4 maternais e 4 jardins) mais 6 turmas de EF que compreendem o Ciclo de Alfabetização. A escola foi inaugurada em 30/12/2008, mas começou a funcionar em 19/05/2009 inicialmente com duas turmas de 1º ano do EF, aos poucos foi se estruturando, recebendo os profissionais, mobiliário e materiais necessários.

A Comunidade atendida pelo CMEB Paulo Freire não se resume somente aos moradores do bairro Votorantim, recebemos alunos dos bairros vizinhos, tais como Parque Primavera, São Jorge, Vila Três Marias e Jardim das Figueiras, além de alunos moradores do Centro da cidade, e filhos de professores que residem em Porto Alegre, como também do bairro Boa Vista da cidade vizinha Sapucaia do Sul. A população alvo desta pesquisa, portanto, está representada por diversos níveis socioeconômicos e culturais, temos desde famílias carentes com quase nenhum estudo, até pais e mães com curso superior completo ou em curso, alunos que chegam à escola a pé, de bicicleta, ônibus ou carroça como também em carros populares e importados.

Um total de 85 profissionais da educação atendem estes alunos em turnos de trabalho. Professores dedicam 6 ou 10 horas na EI; 4 ou 8 horas no EF dependendo do regime de trabalho. Auxiliares de educação, funcionários e Equipe Diretiva (ED) trabalham 8 horas diárias.

A ED é composta pela diretora e uma vice-diretora, uma orientadora e uma supervisora para a EI, uma orientadora e uma supervisora para o EF, além de uma coordenadora de turno. Todas elas concursadas e com a formação exigida para o cargo. O Conselho Escolar é composto pela diretora da escola que é membro nato, um professor da EI, um professor do EF, três pais e/ou mães e dois funcionários, todos os cargos possuem seus respectivos suplentes.

A escola possui 12 salas para EI, todas elas possuem banheiros individuais, em cada berçário existem ainda o fraldário com banheira e dormitório. No EF são 6 salas de aula. Os demais espaços e setores são divididos entre as duas modalidades: pátios, praças, biblioteca, brinquedoteca, auditório, sala de artes e ciências, sala de recursos, laboratório de aprendizagem, laboratório de tecnologia educacional e dois laboratórios de informática. Cozinha, refeitório, dispensa, lactário

e lavanderia também fazem parte da estrutura. O complexo diretivo divide-se em secretaria, sala da direção e vice-direção, sala da supervisão e orientação da EI, sala da supervisão e orientação do EF e sala dos professores.

Neste trabalho, Inicialmente são apresentados os objetivos, geral e específicos. Em seguida os temas Gestão Democrática e o Direito à Educação, Conselho Escolar, Participação da Comunidade e Projeto Político-Pedagógico serão discutidos. No capítulo seguinte serão explicitados a metodologia de pesquisa, os sujeitos pesquisados e a coleta de dados. Por último uma análise das ações e dos dados obtidos a partir das respostas aos questionários será apresentada, juntamente com as reflexões acerca destes dados.

1.1 OBJETIVOS

Para uma melhor compreensão deste trabalho como um todo; os objetivos estão relacionados a seguir divididos em objetivo geral e específicos.

1.1.1 Objetivo Geral

- Fortalecer a participação das mães, pais, funcionários e professores nos espaços propositivos e deliberativos do CMEB Paulo Freire com vistas à reconstrução do Projeto Político-Pedagógico e a efetivação da Gestão Democrática nesta escola.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Identificar, a partir dos questionários, quais as dificuldades e os motivos da baixa participação nos espaços de discussão da escola.

- Analisar se mães e pais percebem a relação da sua participação nas discussões e decisões do Conselho Escolar com o desenvolvimento educacional dos seus filhos.
- Analisar se funcionários e professores percebem a relação da sua participação nas discussões e decisões do Conselho Escolar com efetivação da Gestão Democrática na escola.

2 GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA E O DIREITO À EDUCAÇÃO: ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO COLETIVA

Uma gestão escolar comprometida com a GD mantém abertas as portas da escola para toda Comunidade Escolar e ao mesmo tempo busca encontrar meios de trazer esta comunidade para participar efetivamente das decisões da escola, pois tem consciência de que a participação ainda é uma cultura em construção em nossa sociedade, visto que a grande maioria das famílias pouco participa das reuniões de pais, conselhos de classe e CE. Percebe-se que mesmo alguns professores e também funcionários têm dificuldade de se colocar nos espaços de discussões que a escola possui.

Não podemos esperar que as pessoas menos favorecidas, carentes de informação e de cultura, venham à escola falar de seus anseios espontaneamente, pois estas nunca tiveram acesso a tais espaços, isto lhes foi historicamente negado há séculos, muitas carregam ainda o peso de ser um aluno egresso, e a discriminação às pessoas pouco ou não escolarizadas fica mais visível nestes espaços onde todos deveriam participar com tranquilidade e colocar suas ideias.

Gestores e professores da escola pública devem estar bem atentos às famílias menos esclarecidas, às crianças e adolescentes expostos à vulnerabilidade social ou marginalizadas por diferenças sociais, de gênero, étnicas ou religiosas, pois estes são os que mais necessitam da escola, inclusive precisam saber que são portadores de direitos, direitos estes garantidos na Constituição Brasileira. Ferraro (2008) provoca a pensar e questiona,

Acreditará o povo que tem contas de educação escolar a cobrar do Estado? Poderão as pessoas humildes acreditar que o Estado está em dívida com elas e que elas têm o direito e dispõem dos meios para cobrar escola(rização)? (FERRARO, 2008, p. 287).

A Gestão Democrática é um caminho a ser trilhado na gestão escolar, um processo que deve ser construído com todos os segmentos da Comunidade no cotidiano da escola. Segundo Cury (2007),

Assim, a gestão democrática é, antes de tudo, uma abertura ao diálogo e à busca de caminhos mais consequentes com a democratização da escola

brasileira em razão de seus fins maiores postos no artigo 205 da Constituição Federal (CURY, 2007, p. 493).

Oportunizar o exercício da autonomia a todas as pessoas envolvidas no processo educacional é de fundamental importância para que cada sujeito entenda e se aproprie do seu lugar na escola. Alunos, pais, professores, funcionários, equipe diretiva e comunidade em geral “tem que examinar a própria realidade específica e local, as dificuldades e organizar-se para vencê-las” (MARTINS, 2010, p. 62), participando ativamente na construção da escola democrática e tomando decisões sobre o rumo a ser seguido. Ao sentirem-se parte da escola e deliberar sobre os projetos, o ensino, os problemas, as necessidades e os gastos da escola, estas serão apenas mais uma das formas de a Comunidade exercitar sua cidadania na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Como afirma Biesta (2013),

As escolas podem ter currículos exemplares para o ensino da democracia e cidadania, mas, se a organização interna de uma escola não é democrática, isso terá sem dúvida um impacto negativo sobre as atitudes e disposições para com a democracia (BIESTA, 2013, p. 164).

Para a GD efetivar-se plenamente é necessário inicialmente livrar-se da tendência controladora, em seguida buscar sintonia com os membros do Conselho Escolar, maior aliado do gestor. Esta “nova” conduta constitui-se em uma mudança de paradigma, abandonando a administração autoritária para construir uma gestão mais participativa, onde o papel do gestor é mobilizar e garantir a presença de todos os segmentos da comunidade escolar nas propostas para a organização da escola, ações pedagógicas, uso das verbas e prestação de contas. Nas palavras de Rios (2011),

A transformação da escola acontece com maior frequência em situações nas quais diretores e comunidade escolar (funcionários, professores, alunos, pais e comunidade) se envolvem diretamente no trabalho realizado em seu interior (RIOS, 2011, p. 4).

Administrar os conflitos que se apresentam no cotidiano é outro obstáculo a ser superado pelo gestor, além de estudar e aprender formas de media-los para reestabelecer o diálogo evitando assim desgastes que afetem negativamente o grupo, buscando cada vez mais a participação de todos os segmentos da comunidade no dia a dia da escola, para a resolução de problemas e demais deliberações necessárias, pois segundo esta mesma autora,

Ao Gestor Escolar cabe a capacidade de planejamento, liderança, iniciativa, de criação de espaços e clima de reflexão e experimentação, pois a Gestão Escolar consiste num espaço de mobilização da competência e do envolvimento das pessoas coletivamente para que, por sua participação ativa e competente, promovam a realização dos objetivos educacionais (RIOS, 2011, p. 4).

Cury (2007, p. 484) afirma que “o papel do gestor é o de assumir e liderar a efetivação do direito à educação no âmbito de suas atribuições”, quando busca oportunizar o exercício da autonomia no interior da escola - através dos espaços propositivos e deliberativos oferecidos - a todas as pessoas envolvidas no processo educacional o gestor está garantindo a participação dos cidadãos da Comunidade onde a escola está inserida. Continuar oferecendo estes espaços e criar novas formas de trazer a Comunidade cada vez próxima da vida escolar dos filhos, apropriando-se deste lugar que é seu por direito e dever, é um dos maiores desafios da GD.

Nos momentos de tensão, os quais não são poucos, o gestor que procura através do argumento e do diálogo administrar os conflitos que surgem cotidianamente na escola, tendo em mente o fato de que os mesmos são importantes para o crescimento do grupo e desenvolvimento do trabalho, mostra sinais de que a GD é o rumo pelo qual sua gestão quer seguir.

Ao valorizar a diversidade de culturas, a pluralidade de ideias e a igualdade de condições, os gestores estarão agindo no sentido de diminuir as discriminações e desigualdades tanto no interior da escola como na sociedade em geral. E a sala de aula revela-se o lugar onde todos poderão conviver com estas diferenças aprendendo a respeitar e buscar seus direitos. Com relação a convivência social, Paro (2010) pontua que,

Assim, a educação se faz, também, com a assimilação de valores, gostos e preferências; a incorporação de comportamentos, hábitos e posturas; o desenvolvimento de habilidades e aptidões e a adoção de crenças, convicções e expectativas (PARO, 2010, p. 22).

Observando-se os aspectos acesso, permanência e qualidade, percebemos que o aumento significativo do acesso à escola nas últimas décadas trouxe uma diversidade de pessoas e culturas com as quais ainda estamos aprendendo a lidar;

e ainda mais importante é a tarefa de garantir a permanência de todos que nela chegaram juntamente com o desafio de proporcionar maior qualidade ao ensino.

Ao viabilizar espaços de discussão para toda a Comunidade Escolar participar das decisões e resoluções dos problemas da escola, como na construção e/ou revisão do PPP, o gestor escolar está provocando o diálogo entre os diferentes modos de pensar e agir de todos envolvidos no processo educacional, desde os alunos e seus pais até os professores e funcionários, e com esta participação democrática mais cidadãos ativos estarão nascendo, visto que a educação escolar é a base da cidadania.

O direito à educação também passa pela garantia de que o CE exerça plenamente suas funções, como vemos a seguir.

3.1 CONSELHO ESCOLAR

O Conselho Escolar é um colegiado que tem função deliberativa, consultiva, fiscal e mobilizadora, com representação dos diversos segmentos da escola: pais, alunos, funcionários e professores. É o maior aliado do gestor para a efetivação da GD, visto que sozinho de seu gabinete ele somente faria uma administração centralizadora, sem as parcerias tão necessárias com a Comunidade Escolar para a qualificação do processo educativo. De acordo com Bitencourt e Flores (2014),

A descentralização do ato de gerir a escola provoca discussão acerca do papel da equipe diretiva, das famílias, dos alunos, da própria função dos professores e da autonomia de cada segmento frente aos papéis que exercem. A gestão democrática na educação não pode ser a responsável única e exclusiva da solução de todos os problemas que uma escola apresenta (BITENCOURT E FLORES, 2014, p. 252).

O grande desafio do gestor, com a colaboração dos conselheiros escolares, é aumentar o grau de participação da Comunidade na escola, de forma a envolver todos os segmentos nas discussões sobre as demandas escolares, trazendo os pais, funcionários e professores para que juntos, através de discussões, propostas e ações no CE possam construir a democracia na convivência dentro da escola. As autoras complementam,

A participação da sociedade, através dos conselhos de controle social, é cada vez mais uma exigência tanto da sociedade como um todo quanto dos governos que procuram, assim, evidenciar que suas ações estão pautadas nas relações democráticas (BITENCOURT; FLORES, 2014, p. 253).

Cabe salientar, entretanto, que a simples presença dos pais nas reuniões do CE não garante a participação de fato, é necessário também que suas demandas sejam aceitas, discutidas e executadas. Dialogando e divergindo sobre ideias, dificuldades e projetos, é possível chegar a um consenso sobre o que é mais importante para o coletivo da escola e dos alunos, e este exercício de falar, ouvir e compreender os anseios do outro é fundamental pra que todos aprendam a buscar e defender seu direito a educação pública de qualidade de forma respeitosa e organizada. Carbello e Galina ainda acrescentam, “como valores e princípios da gestão democrática: o aluno como sujeito do processo, o Conselho Escolar como eixo do poder, a coerência entre o discurso e a prática e o compromisso com a defesa dos direitos humanos” (CARBELLO E GALINA, s/d, p. 8).

É necessário que o CE transcenda a barreira de ser um órgão meramente fiscalizador. Percebe-se, ainda, que ações são deliberadas unilateralmente e os seus membros são somente consultados para aprovarem decisões que já estavam previamente tomadas em reuniões de professores e ED. Outra das funções do CE é mobilizar a Comunidade visando o atendimento de seus anseios, mas para isso é preciso que a escola – gestores e professores – realize uma reflexão crítica sobre sua prática, para perceber onde ainda existem ações autoritárias e centralizadoras e por fim, desfazer-se deste controle construindo uma nova parceria com pais, alunos e funcionários na base da confiança mútua com vistas ao desenvolvimento coletivo e da democracia no interior da escola. Nesta linha de pensamento Peroni (2012) afirma que,

A gestão democrática é parte do projeto de construção da democratização da sociedade brasileira. Nesse sentido, a construção do projeto político-pedagógico, a participação em conselhos, a eleição para diretores, a autonomia financeira, são processos pedagógicos de aprendizagem da democracia, tanto para a comunidade escolar, quanto para a comunidade em geral, porque a participação, depois de muitos e muitos anos de ditadura, é um longo processo de construção (PERONI, 2012, p. 26).

O CE do CMEB Paulo Freire é bastante atuante, mantém uma parceria com a ED, suas reuniões mensais acontecem todas as primeiras segundas-feiras de

cada mês às 19h, reuniões extraordinárias são convocadas quando se faz necessário pela Presidente que é uma professora do EF.

Os conselheiros escolares são ao mesmo tempo consultados e deliberam juntamente com o gestor quando se trata do uso das verbas da escola, em nenhum momento o gestor decide sozinho como utilizar os recursos financeiros da escola. Através do diálogo franco e aberto sobre as necessidades cotidianas, discussões sobre prioridades e apresentação de propostas para o bom desenvolvimento do trabalho dos professores e funcionários e principalmente da aprendizagem de todos os alunos, finalmente as decisões são tomadas.

A seguir, veremos como a valorização deste colegiado está diretamente ligada a construção de caminhos mais democráticos dentro da escola, com igualdade e pluralidade de ideias através da participação da Comunidade.

3.2 PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

A participação das famílias em todos estes espaços de discussão é de extrema importância para uma aproximação verdadeira entre a escola e sua Comunidade. Além de contribuir com a permanência dos alunos, a participação ativa dos pais é fundamental para o sucesso da aprendizagem dos alunos, pois conforme Lück (2011),

Essa participação dos pais na vida da escola tem sido observada, em pesquisas internacionais, como um dos indicadores mais significativos na determinação da qualidade do ensino, isto é, aprendem mais os alunos cujos pais participam mais da vida da escola (LUCK, 2011, p. 86).

Percebe-se ainda que sujeitos mais carentes frequentemente demonstram dificuldade em participar da vida escolar dos filhos, isso se deve talvez ao fato de sentirem-se inferiorizados diante de outros mais esclarecidos, contudo é esta realidade que precisa ser transformada, pois ao colocar-se a disposição para ouvir e aceitar as vozes mais diversas, a escola estará dando vez àqueles que nunca tiveram oportunidade de se colocar e reivindicar seu espaço e direitos.

A efetivação da GD passa por trazer à participação um número significativo de professores, funcionários, alunos e famílias, que todos sejam ouvidos atentamente e que suas demandas sejam acatadas, mesmo que muitas vezes os próprios interessados não compreendam a importância da sua colaboração e nem desejem fazê-la num primeiro momento. Como enfatiza Lück (2011),

O processo de resistência a mudanças, mesmo as desejadas, constitui-se em uma expressão comum em qualquer contexto social. Determinação, competência e perseverança são condições fundamentais para a promoção de mudança, associados a uma grande sensibilidade às expressões comportamentais e seu significado (LÜCK, 2011, p. 76).

Outra questão para o gestor administrar, é encontrar no cotidiano da escola tempo e espaço para que professores e funcionários possam dialogar e discutir novas alternativas em conjunto para o trabalho educativo, qualificando desta forma o processo democrático. Isso possibilita que todos participem não somente das decisões a partir de propostas que a ED e o CE deliberaram, mas também propondo e contribuindo com suas ideias. Para Marques (2011),

Na escola, além de conteúdos, aprendemos valores e práticas. Portanto, a institucionalização de práticas democráticas na gestão escolar forma sujeitos democráticos. Supomos que estes sujeitos não serão democráticos apenas na escola, mas em todos os espaços sociais aos quais pertençam, podendo, desse modo, contribuir na democratização dos mesmos e, conseqüentemente, da sociedade (MARQUES, 2011, p. 17).

A participação da Comunidade na escola não pode se dar somente em momentos como o da eleição de diretores. É necessário que esta participação esteja sendo construída no cotidiano da escola, nas discussões das reuniões do CE, nas reuniões de pais e professores, nos conselhos de classe participativos, nas reuniões de professores e funcionários, enfim, em todos os espaços em que seja possível a troca de ideias. Todo este exercício realizado na escola há de reverberar na sociedade além dos seus muros, a cultura de participação social tanto na educação quanto em outros espaços públicos está ainda nos estágios iniciais, pois até pouco tempo atrás vivíamos em uma ditadura e hoje estamos aprendendo a nos colocar como sujeitos e buscar nossos direitos.

No CMEB Paulo Freire a participação das mães e pais, juntamente com seus filhos acontece em diversos momentos, nas reuniões de início de ano letivo, onde todos os professores, funcionários e equipe são apresentados para as famílias.

Estas reuniões são sempre lotadas, todos necessitam saber para que turmas foram designados, quem serão as professoras titulares e quais as novidades para o ano que se inicia.

Com o ano letivo já em andamento os pais são chamados para reuniões preventivas, estas geralmente tem cunho mais formal, pois a supervisora ou orientadora juntamente com a professora da turma orientam individualmente o aluno e sua família sobre a aprendizagem.

Nos conselhos de classe participativos as famílias são novamente chamadas para avaliarem o trabalho de cada trimestre e entrega de avaliações, a participação nestes dias é baixa, seja a noite ou durante o dia, poucos buscam o documento na data estabelecida. Ao longo do trimestre ou na próxima reunião ou ainda somente no final do ano as professoras ainda estão entregando avaliações referentes aos primeiros trimestres.

Já nos eventos que a escola oferece, tais como festa junina e galetto a participação é bem maior, além de pais e mães, vêm também os tios, avós, primos, amigos e vizinhos, o sucesso destas festividades aumenta a cada ano.

Apresenta-se a seguir o PPP, outro espaço de discussão onde a participação da Comunidade é fundamental para a construção da GD na escola.

3.3 PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

O PPP é a identidade de uma escola, é o instrumento mais importante da GD no seu interior, contudo sozinho não garante a participação de todos nem tampouco a construção da democracia tão desejada.

Em uma escola de educação integral, que atende alunos de berçário ao ciclo de alfabetização, como em qualquer outro espaço educacional, é necessário oportunizar o crescimento dos envolvidos no processo educativo – desde os alunos e pais, passando pelos funcionários e professores juntamente com a ED – e isto acontecerá no momento em que todos tenham voz e sejam escutados.

A perspectiva da formação de cidadãos cada vez mais críticos e conscientes de seus direitos e responsabilidades dá esperança de transformação nos rumos da sociedade atual, e a participação da Comunidade Escolar na construção do PPP é o primeiro passo para a concretização da democracia na escola, pois é neste espaço que todos poderão se colocar, expor seus anseios e dizer que escola querem para seus filhos e seus alunos, enfim que cidadão e sociedade desejam construir em conjunto. Segundo Martins (2010),

A escola cidadã, autônoma e participativa, somente se completa com o desenvolvimento de um projeto político-pedagógico capaz de aglutinar os esforços na busca de melhores resultados para os alunos. O projeto político-pedagógico configura-se como um instrumento de trabalho que mostra o que vai ser feito, quando, de que maneira e por quem, pra chegar aos resultados desejados (MARTINS, 2010, p. 61).

Toda iniciativa do gestor em trazer a Comunidade à participação na construção do PPP mostra sua intencionalidade e compromisso com a transformação da escola que temos, além do rompimento com os modelos sociais excludentes, onde todos os cidadãos em solidariedade buscam solucionar os problemas encontrados nesta caminhada até a escola desejada. Uma escola com mais qualidade e autonomia, com valores que atendam as aspirações das famílias e da Comunidade ali representada.

Para pensar e decidir qual o tipo de avaliação, o currículo e a metodologia da escola além dos demais conceitos necessários ao PPP, convém que toda a Comunidade Escolar discuta suas crenças e concepções acerca da educação, revise suas posturas quanto à diversidade, inclusão e práticas pedagógicas, com objetivos claros de transformar a mentalidade e as atitudes de todos os envolvidos no processo escolar.

Em fevereiro de 2009 iniciou-se a construção do PPP e Regimento Escolar do CMEB Paulo Freire. A diretora e o grupo de 12 professores inicialmente para lá designados, realizaram estudos e leituras de diversas bibliografias, de Paulo Freire à Jussara Hoffman, passando por Piaget, Vygostsky, Wallon, Demerval Saviani, Cortella e tantos outros. Visitas foram realizadas as residências de todos os alunos que estavam pré-matriculados e ainda estudavam em outras escolas para fazer entrevistas e conhecer suas realidades. Este documento inicial foi aprovado pela

Secretaria de Educação e Conselho Municipal de Educação, com o compromisso de que quando a escola estivesse em pleno funcionamento ele seria revisado.

Em 2011 o PPP foi revisado e reformulado, desta vez com a participação de todos os segmentos da Comunidade Escolar. Foram realizadas reuniões sistemáticas com professores, funcionários e pais, juntamente com a assessoria da Secretaria Municipal de Educação. O texto foi escrito a muitas mãos, com certeza, os membros do CE estiveram presentes em todos os momentos e tentavam mobilizar as famílias, mas, ainda assim, a participação sempre esteve aquém do que se esperava.

Para o ano letivo de 2015 estava prevista a revisão do PPP em todas as escolas da rede municipal de educação de Esteio, contudo este movimento foi adiado para 2016, pois os estudos e discussões sobre o Plano Municipal de Educação tiveram que ser priorizados. Neste processo pretendemos garantir espaço e oportunidade aos funcionários, professores e famílias para participarem das formações oferecidas pela Secretaria de Educação iniciadas em outubro do corrente ano. Como também discutir amplamente com todos os segmentos o atual PPP de forma que ele seja reescrito no coletivo e represente o desejo desta Comunidade Escolar.

O próximo capítulo trata da metodologia de pesquisa, sujeitos pesquisados e coleta de dados.

3 PESQUISA AÇÃO: UMA ABORDAGEM QUALITATIVA

3.1 MÉTODO

A pesquisa-ação nas palavras de Franco (2005, p. 490) “assume uma postura diferenciada diante do conhecimento, uma vez que busca, ao mesmo tempo, conhecer e intervir na realidade que pesquisa”, o que levaria o sujeito a pensar o cotidiano, rever posturas e transformar a realidade, promovendo conseqüentemente a renovação da prática educativa e um desenvolvimento significativo da participação de todos na escola. Segundo esta mesma autora,

é fundamental que, após um trabalho de pesquisa-ação, os sujeitos participantes tenham apreendido comportamentos e atitudes no sentido de incorporarem a reflexão cotidiana, como atividade inerente ao exercício de suas práticas (FRANCO, 2005, p. 500).

Esta pesquisa-ação de abordagem qualitativa visa uma intervenção dentro da escola, de forma a possibilitar aos participantes uma reflexão crítica sobre sua prática, sobre suas crenças a respeito de Gestão Escolar Democrática, Participação e Conselho Escolar, tendo como eixo principal a problematização da participação da Comunidade Escolar. De acordo com Tripp (2005),

A pesquisa-ação socialmente crítica passa a existir quando se acredita que o modo de ver e agir “dominante” do sistema, dado como certo relativamente a tais coisas, é realmente injusto de várias maneiras e precisa ser mudado (TRIPP, 2005, p. 458).

Nesse sentido, Richardson (s/d, p. 12) enfatiza que “uma maior participação produz um compromisso maior com a ação planejada”, ao refletir sobre a realidade do CMEB Paulo Freire, nota-se que a baixa participação, tanto das famílias, como funcionários e professores nos espaços de discussão onde deveriam ser propostos e decididos coletivamente os rumos da escola, tornava-se um impeditivo para a efetivação da GD no seu interior.

Para que uma mudança de comportamento seja concretizada, é preciso que os sujeitos da educação se deem conta de que estes espaços são seus por direito, é necessário perceber que ao abrir mão deles estamos mantendo a forma injusta pela qual o sistema funciona.

3.2 POPULAÇÃO ALVO

A população alvo desta pesquisa é composta por pais, mães, funcionários, professores e ED do CMEB Paulo Freire. Com os alunos foram realizadas oficinas lúdico-pedagógicas (apêndice C) relacionando a Certidão de Nascimento com o PPP da Escola. A escola possui aproximadamente 380 alunos de 0 a 9 anos, as oficinas foram realizadas somente com as turmas dos terceiros anos, pois estes são os alunos maiores.

3.3 COLETA DE DADOS

A coleta de informações para esta pesquisa foi feita com base em dois questionários de reflexão com perguntas abertas, o primeiro foi elaborado com questões pensadas para as famílias e o segundo questionário para os professores, auxiliares, funcionários e componentes da ED do CMEB Paulo Freire. Estes questionários foram entregues em mãos a cada um dos sujeitos, juntamente com o compromisso desta pesquisadora em manter sigilo sobre a identificação dos pesquisados, de forma que cada um pudesse sentir-se livre ao responder as questões ali apresentadas.

Do total de 380 alunos, foram distribuídos 100 questionários para mães e pais, retornaram 30 respondidos. Para professores, auxiliares, funcionários e ED foram distribuídos 85 questionários, retornando 38 questionários respondidos.

Para a análise e discussão dos dados foram utilizadas as respostas obtidas nos 68 questionários que retornaram. Também, foram categorizadas as respostas de 15 professores, auxiliares e equipe diretiva; 5 funcionários e, 9 mães e pais tendo como critério o maior tempo na escola. As respostas foram organizadas por semelhança em três quadros, que são apresentados no apêndice ao final deste trabalho.

4 ANÁLISE DAS AÇÕES

Neste capítulo apresento a análise dos dados coletados através dos questionários e dos três quadros (apêndices A, B e C), onde foram organizadas as respostas obtidas categorizadas por semelhança de tema. As respostas foram classificadas por recorrência e agrupadas de forma a explicitar relações e características comuns. Os dados também foram demonstrados através de gráficos.

Acredita-se que esta análise é importante, pois trará uma reflexão de como se dá a participação da Comunidade Escolar nos espaços de proposição e deliberação da escola, mostrando também ações necessárias para trazer a Comunidade em geral a uma maior participação em futuras discussões.

O questionário aplicado às Famílias teve como questões:

1. Qual o seu papel na escola do seu (sua) filho (a)?
2. O que é o Conselho Escolar?
3. Qual a relação entre a sua participação nos espaços decisórios da escola (Conselho Escolar) e o desenvolvimento educacional do seu (sua) filho (a)?
4. Você já participou das reuniões/decisões do Conselho Escolar do CMEB Paulo Freire? Quais as dificuldades (fatores de resistência) para sua participação no Conselho Escolar?
5. Você sabe o que é um Projeto Político-Pedagógico (PPP)?
6. Qual a importância do PPP para o funcionamento do CMEB Paulo Freire?
7. Você sabia que pode participar da elaboração/atualização do PPP?
8. Porque a sua participação é necessária para a atualização/revisão do PPP?

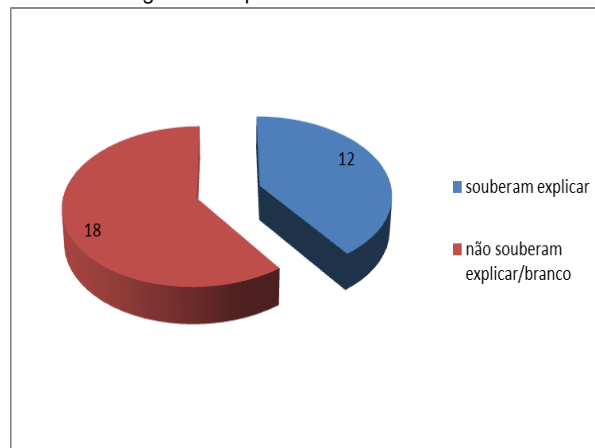
A partir das respostas do Quadro I (Apêndice A), nas questões sobre o PPP e a participação da Comunidade, podemos considerar que as famílias sabem da importância deste documento, mas algumas ainda o confundem com o Regimento Escolar. Para a mãe 4 o PPP serve para “dar transparência aos pais, para sabermos como a escola prevê que será o ano letivo de nossos filhos, quais projetos ela deseja trabalhar, quais as regras que nossos filhos devem seguir”. Já a mãe 7 acha

que “não só no CMEB Paulo Freire, mas na maioria das instituições, o PPP acaba ficando ‘engavetado’ sem uma função no cotidiano escolar”.

Quanto ao papel da família na escola, perguntado na questão 1, a mãe 2 diz que “Meu papel é o de cooperar, ajudar, me manter informada com os assuntos da escola”. Já a mãe 4 afirma que é “Participar da vida escolar deles, incentivando-os, participando das reuniões, atividades que envolvam as famílias e os ajudando em casa no que houver necessidade”. Para a mãe 7 “Tenho o papel de contribuir para a aprendizagem e para a construção da escola visando seu crescimento”. Na opinião da mãe 9 “Participar das reuniões com a intenção de somar propostas e ações em conjunto com a comunidade/escola para melhorar o andamento da escola”.

No que refere a participação no CE, discutido na questão 3, as famílias demonstram entender a relação existente com o desenvolvimento do filho, pois apontam a qualidade do ensino e as políticas educacionais como fatores essenciais ao aprendizado das crianças, contudo admitem que não participam o suficiente destes espaços, como afirma a mãe 1 “Nessa parte que vejo que estou participando pouco. Nunca participei de uma reunião do CE, não sei nem quem são seus membros, apesar de saber o quanto isso interfere no desenvolvimento dos meus filhos”. A mãe 2 explica “Eu não participo das decisões, porém busco sempre apoiar a escola em suas decisões, reafirmando uma parceria família x escola, transmitindo em casa o apoio e a ajuda no que a escola precisar, incentivando sempre meu filho”. Já a mãe 4 diz “Procuro me envolver sempre que possível, pois tenho ciência de que tudo o que passa pela decisão do CE será para o melhor desenvolvimento de meus filhos, seja na parte de infraestrutura, seja na parte pedagógica”. A mãe 7 justifica “Não tenho participação no CE, mas participo efetivamente contribuindo com as solicitações da escola”.

Figura 1. O que é o Conselho Escolar?

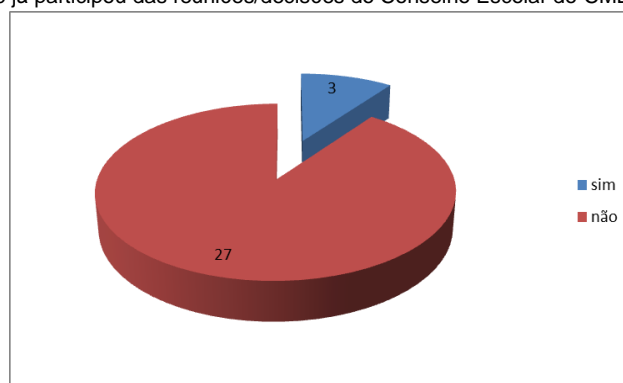


Fonte: Elaborado pela autora.

O gráfico acima ilustra a questão 1, dos trinta sujeitos, 18 não souberam explicar o que é o CE, estas negativas estão diretamente ligadas as respostas da questão 3 que perguntava qual a relação entre a sua participação nos espaços decisórios da escola e o desenvolvimento educacional de seus filhos.

Nota-se ainda a dificuldade em fazer a relação entre o CE, órgão máximo da escola, e o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, pois ao deixarem de participar dos espaços deliberativos na escola, os pais acabam por se eximir da função de ensinar para seus filhos como ser um cidadão atuante na comunidade em que vive, além de poder propor e decidir onde e quando as verbas serão utilizadas e que tipo de mudanças ocorrerão na escola ano a ano.

Figura 2. Você já participou das reuniões/decisões do Conselho Escolar do CMEB Paulo Freire?



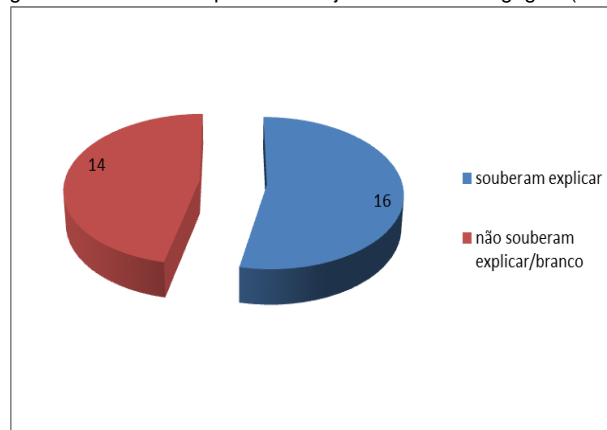
Fonte: Elaborado pela autora.

As dificuldades e fatores de resistência das famílias para participação no CE fizeram parte da questão 4, acima demonstrada no gráfico. O horário de trabalho e falta de tempo, a correria, pouco tempo livre, o trabalho a noite, ter um filho com necessidades especiais e não ter com quem deixa-lo, a falta divulgação e informação sobre as reuniões, os entraves com horários, muito trabalho e a distância

entre a casa e a escola foram as justificativas colocadas para a não participação nas reuniões do CE que acontecem mensalmente.

As respostas obtidas nesta questão retratam que um dos entraves para a participação na reunião do CE é o fato dela realizar-se no turno da noite, este dado gera uma contradição, visto que a participação também é baixa nas reuniões durante o dia para entrega de avaliações trimestrais. Uma maior divulgação é realmente necessária, pois as datas são divulgadas nas reuniões iniciais do ano letivo e esta informação fica perdida em meio a tantas outras que a escola passa para as famílias.

Figura 3. Você sabe o que é um Projeto Político Pedagógico (PPP)?



Fonte: Elaborado pela autora.

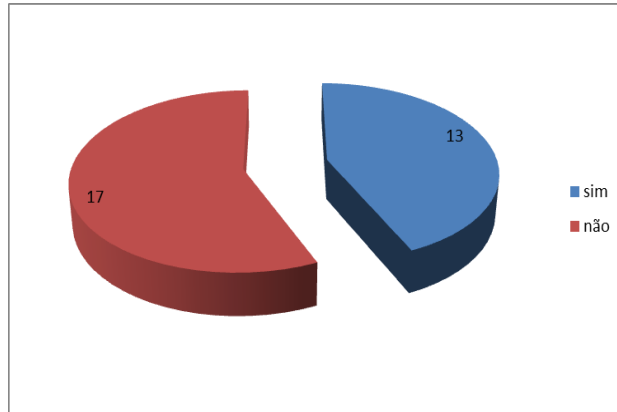
Quanto ao PPP, fica claro nas respostas que algumas famílias têm conhecimento do que se trata tal documento, contudo nenhuma se lembrou de participar da sua discussão em 2011 ou sequer de ter sido convocada a participar, fato este bastante preocupante, as respostas negativas refletem o desconhecimento da proposta educacional da escola, objetivos, metodologia e avaliação. Concordando com as respostas anteriores o gráfico abaixo afirma o desconhecimento da possibilidade de participação da Comunidade em geral na construção deste projeto que deveria ser coletiva. Destaca Carbello e Galina (s/d),

É necessário criar condições concretas para que essa participação ocorra de fato, para que a classe trabalhadora tenha condições de se apropriar da escola e que a escola, por sua vez, se esforce para democratizar o saber sem que isso lhe seja imposto, para que todos tenham condições de intervir com segurança e autonomia (CARBELLO; GALINA, s/d, p. 10).

A necessidade de criar novas formas de trazer e organizar as ideias que a Comunidade Escolar tem sobre a escola, suas preocupações, dúvidas e sugestões é

urgente. Resignificar e qualificar os espaços de discussões para que todos possam propor e decidir a respeito dos diversos temas da escola é tarefa fundamental dos gestores.

Figura 4. Você sabia que pode participar da elaboração/atualização do PPP?



Fonte: Elaborado pela autora.

Nas últimas questões propostas neste questionário, foram trazidas à discussão a importância do PPP para o funcionamento do CMEB Paulo Freire e a participação das famílias na atualização/revisão do PPP que deveria acontecer ainda este ano.

É praticamente unânime a opinião das famílias, de que o PPP é importante e sua participação mais ainda; vários se desculparam e se comprometeram em pesquisar sobre o tema, além de participar quando forem convocados numa próxima vez. Percebe-se que os participantes do segmento pais que responderam ao questionário, puderam pensar e repensar suas atitudes em relação à própria participação na escola de seus filhos.

Sobre o questionário aplicado aos Professores e Funcionários as questões foram:

1. Qual a importância do PPP (Projeto Político-Pedagógico)?
2. O atual foco do PPP está de acordo com o perfil do CMEB Paulo Freire?
3. Toda Comunidade Escolar deve ser consultada sobre revisões e atualizações do PPP?
4. O PPP deve ser uma construção coletiva? Por quê?
5. Qual o tempo de vida útil de um PPP? Com que periodicidade ele deve ser revisto?

6. Você já leu o PPP do CMEB Paulo Freire?
7. Você tem sugestões de alterações deste documento (PPP)?
8. Qual o papel do Conselho Escolar no CMEB Paulo Freire?
9. Você já participou das reuniões/decisões do Conselho Escolar? Quais as dificuldades (fatores de resistência) para sua participação no Conselho Escolar? Como a escola poderia facilitar sua participação?

Os questionários aplicados aos professores revelaram que há consonância entre o perfil da escola e o seu PPP, contudo apontam a necessidade de revisão e atualização devido a algumas mudanças nos últimos anos. Na questão número 2, onde os professores são questionados sobre isso podemos perceber que a escola valoriza a história e a realidade do aluno, buscando a qualidade da educação, garantindo o acesso e permanência do aluno para formar cidadãos autônomos. Segundo a professora I, a escola “procura promover dentro de seu espaço momentos para se debater, dialogar e refletir sobre questões de ações referentes a escola e a prática. É uma instituição que valoriza as diferentes opiniões para se chegar a um consenso”.

Nas questões 3 e 4 são discutidas a participação e a construção coletiva do PPP, os professores são unânimes em dizer que toda Comunidade deve dialogar, ser ouvida e consultada enriquecendo assim o debate. A professora D afirma que “o documento deve representar o desejo da Comunidade” deixando claro que para que o PPP se efetive na prática ele deve ser “revisado pelo coletivo, envolvendo todos os segmentos da escola o compromisso passa a ser de todos”, diz a professora E. A professora I coloca que “ao ser um processo coletivo os sujeitos percebem o valor do seu trabalho, têm a oportunidade de demonstrar seus saberes e passam a se sentirem parte dele”.

A professora M afirma que o CE “é responsável pela democracia na escola, onde são escutados todos os segmentos da Comunidade Escolar”, nas respostas obtidas na questão 8 fica claro que todos percebem a importância deste colegiado para fazer a articulação entre a escola e a Comunidade, além de garantir a participação de todos os segmentos nas decisões pedagógicas, administrativas e financeiras.

Ao responderem sobre a própria participação no CE (questão 9) os professores relatam diversas dificuldades, tais como: pouca divulgação, falta de convite e de interesse e a distância, contudo o horário das reuniões (noturno) é o dificultador mais presente nas justificativas, como a professora A que relata “Ainda não participei. Os horários das reuniões e a impossibilidade por estar em sala de aula. Poderia facilitar colocando alguém em sala para substituir” ou como a professora I “Nunca participei e confesso que foi por falta de interesse e pelo horário ser após às 19h”. Surge novamente aqui o horário da reunião do CE como um problema a ser superado pela gestão, assim como as famílias, os professores também reclamam das mesmas ocorrerem no turno da noite.

A análise das 15 respostas relacionadas no Quadro de Respostas II (Apêndice B) permitiu verificar que os professores entendem perfeitamente a relevância da própria participação e de toda a Comunidade nos espaços de discussão e que esta é fundamental para a efetivação da GD na escola, mas ainda é necessário que a gestão encontre formas de trazê-los as reuniões do CE, fortalecendo cada vez mais as decisões tomadas por este colegiado.

Como podemos observar nas respostas apresentadas no Quadro III, (Apêndice C) os funcionários tem consciência de que o PPP expressa a identidade do CMEB Paulo Freire, mas que é chegado o tempo de revisá-lo e atualizá-lo. Relatam que a participação de todos é importante, segundo o Funcionário W “pois toda a Comunidade acaba sendo ‘atingida’ pelo PP então devem ter suas opiniões levadas em consideração”.

O funcionário X afirma que o CE “tem o papel de acompanhar se o PPP está sendo aplicado, assim como ajudar a direção na resolução dos problemas”. E o funcionário Z diz que o CE “É importante para aproximar a escola ainda mais da Comunidade e resolver as questões pertinentes a essa convivência”.

Assim como os professores, os funcionários também afirmam que horário das reuniões do CE é o impeditivo maior da participação nas reuniões, sugerem que as mesmas sejam realizadas em horário de trabalho.

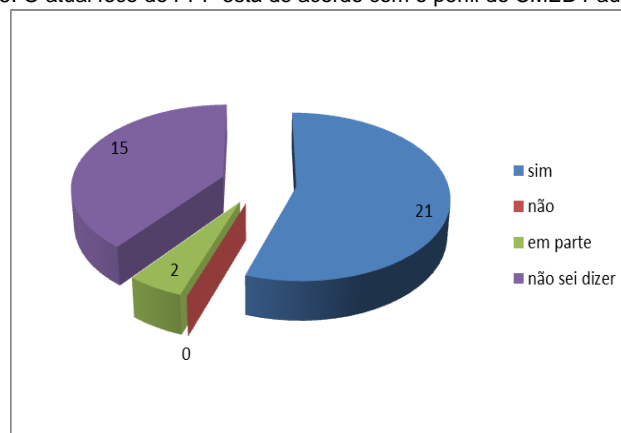
A experiência como professora no CMEB Paulo Freire por quatro anos antes de estar na vice-direção, permitiu levantar algumas reflexões acerca de como

acontece a participação do grupo no âmbito da gestão democrática e participativa da escola. É importante aqui ressaltar que as reuniões do CE já foram realizadas nos mais diversos horários, inclusive em horário de trabalho, observou-se que esta sistemática gerava uma insatisfação nos colegas, funcionários ou professores, que não participavam do Conselho, pois ficavam incumbidos das tarefas ou turmas daqueles que saíam para participar das reuniões.

Nas questões 1 e 4 os funcionários e professores foram perguntados sobre a importância do PPP e se o mesmo deve ser uma construção coletiva. É unânime o entendimento quanto à importância do PPP para qualquer escola, e quanto a participação coletiva na construção deste documento é necessária para estabelecer os rumos que o grupo deseja seguir. Eles colocaram que compreendem muito bem a necessidade da própria participação neste processo, enfatizando o compromisso dos profissionais da educação em seguir o direcionamento deste documento.

No gráfico a seguir podemos ver as respostas dos professores e funcionários, referentes a questão 2, a maior parte dos respondentes afirmam que o foco do PPP e o perfil da escola estão de acordo, outra parte bastante considerável não soube responder e uma minoria afirmou que estão de acordo em parte. É sabido que o PPP do CMEB Paulo Freire está desatualizado, pois sua última revisão foi em 2011 e de lá pra cá várias mudanças ocorreram na escola, sendo necessária uma atualização muito em breve.

Figura 5. O atual foco do PPP está de acordo com o perfil do CMEB Paulo Freire?



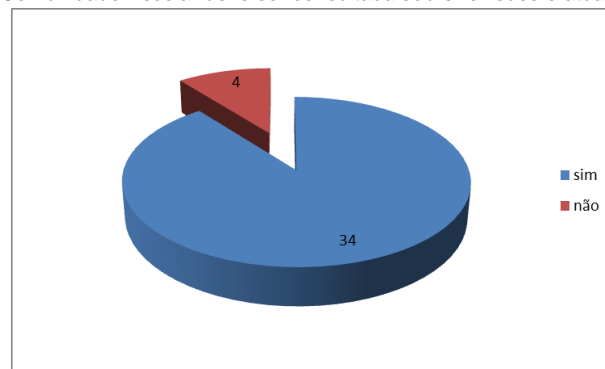
Fonte: Elaborado pela autora.

As questões 3 e 4, representadas nos gráficos abaixo, trazem o tema da participação novamente. Funcionários e professores afirmam em esmagadora

maioria que toda Comunidade Escolar deve ser consultada e participar das revisões e atualizações do PPP, ocorrendo assim a construção coletiva e democrática deste documento, que expresse desta forma a realidade e os anseios de todos os segmentos escolares.

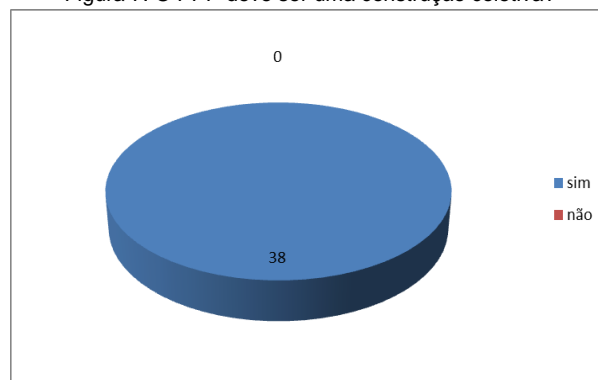
As quatro respostas negativas apontam que somente os educadores deveriam participar, pois dariam conta de revisar do PPP, visto que os pais são leigos e às vezes complicam nas tomadas de decisões, estas justificativas contradizem as respostas na questão seguinte onde todos afirmam que o PPP deve ser uma construção coletiva.

Figura 6. Toda Comunidade Escolar deve ser consultada sobre revisões e atualizações do PPP?



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 7. O PPP deve ser uma construção coletiva?



Fonte: Elaborado pela autora.

Quando questionados do tempo de vida útil de um PPP e com que periodicidade ele deve ser revisto, as respostas de funcionários e professores variaram de um a cinco anos, ressaltando que cada fato vivenciado que traga exigências de uma modificação, deve ser revisto constantemente. Um funcionário afirmou que prever esta periodicidade pode fazer com que se revise sem necessidade ou mesmo atrase muito uma mudança necessária, por ser um projeto

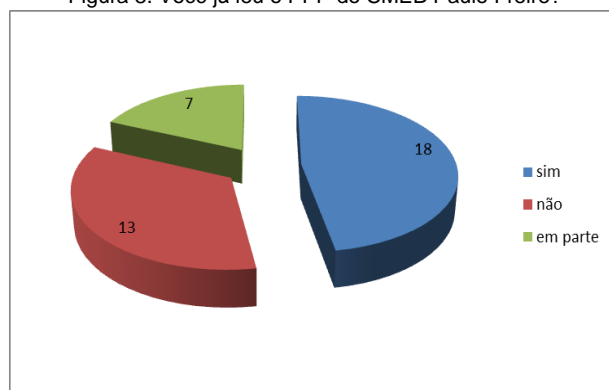
que apresenta propostas, metas e ideias ele é inacabado, inconcluso. Dois professores colocaram que a cada mudança de gestão o mesmo deveria ser alterado.

Nos gráficos a seguir estão ilustradas as questões 6 e 7. É possível perceber que praticamente metade dos respondentes já leu o PPP e algumas poucas sugestões que surgiram passam por refazer a pesquisa sócio-antropológica para conhecer as mudanças na realidade da Comunidade, até a alteração em pontos da política de inclusão.

Sete professores respondentes que afirmam ter lido somente algumas partes do PPP, e isso dificulta possíveis sugestões de alteração no documento. Um sujeito coloca que é necessário alterar a parte que cabe os deveres das crianças e seus responsáveis. Outro sugere que se deve focar mais nos resultados das aprendizagens e também quanto a indisciplina dos alunos. E um terceiro afirma que deve ser alterada a questão curricular já que foram extintos os 4º e 5º anos.

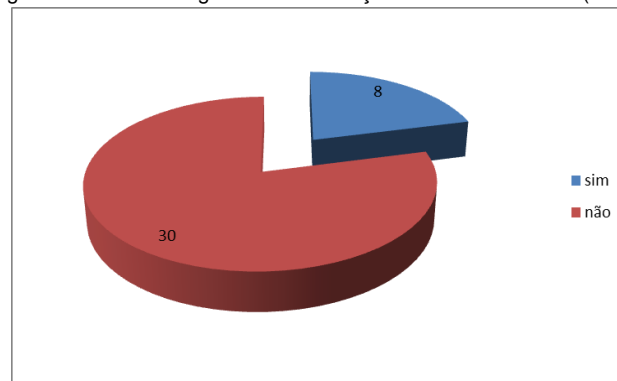
Entre aqueles que ainda não leram o PPP, somente três preocuparam-se em justificar-se. Houve quem pensasse que o mesmo nem existia, outro que disse ainda não ter tido a oportunidade de ler, e o último afirma ter pedido uma ou duas vezes e ficaram de providenciar, depois acredita que esqueceram sua solicitação e também não procurou mais pelo documento.

Figura 8. Você já leu o PPP do CMEB Paulo Freire?



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 9. Você tem sugestões de alterações deste documento (PPP)?



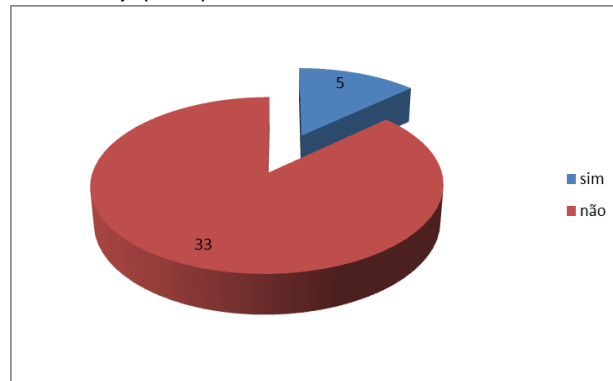
Fonte: Elaborado pela autora.

As últimas duas questões colocadas aos funcionários e professores dão conta do papel do CE, quais suas as dificuldades para participação neste espaço, e como a escola poderia facilitar sua participação. Somente duas respostas ficaram aquém do que realmente faz um CE. Os demais sujeitos da pesquisa reconhecem o papel do Conselho como de suma importância para a gestão escolar, sugerindo e decidindo sobre questões administrativas e pedagógicas, colabora na democratização da gestão escolar, deve também acompanhar se o PPP está sendo aplicado, é o elo entre a escola e a comunidade, pois este grupo representa pais, alunos, professores e funcionários, deliberar e fiscalizar os gastos e as verbas, acompanhar o trabalho da direção da escola, propor soluções, decidir e mobilizar a Comunidade para garantir sua participação, define prioridades em consonância com a necessidade da comunidade. Nesta direção de pensamento, Carbello e Galina (s/d) afirmam que,

O Conselho Escolar é a instituição que coordena a gestão escolar, especialmente no que diz respeito ao estudo, planejamento e acompanhamento das principais ações no dia-a-dia da escola. É um espaço privilegiado para o exercício da vivência cidadã e apropriação de diferentes saberes que favorecem a democracia (CARBELLO; GALINA, s/d, p. 13).

Quanto aos fatores de resistência em participar das reuniões (gráfico abaixo), é quase unânime a questão de incompatibilidade de horários, pois as reuniões ocorrem no turno da noite, alguns justificam que moram em outras cidades, que têm filhos pequenos, que estudam a noite, outros colocaram que não tem interesse em participar e a pouca divulgação também é citada. Sugerem a possibilidade de que as reuniões sejam no horário de trabalho, e que a escola possa compartilhar a pauta e as decisões por e-mail ou circulares.

Figura 10. Você já participou das reuniões/decisões do Conselho Escolar?



Fonte: Elaborado pela autora.

Promover a participação de funcionários e professores é fundamental para a realização dos objetivos educativos que desenvolvam um cidadão que possa ser agente transformador da própria realidade e da sociedade em que vive, contudo no cotidiano da escola é praticamente impossível realizar reuniões do CE em horário de trabalho como sugerido pelos sujeitos pesquisados. Conforme Lück (2011),

O processo educacional só se transforma e se torna mais competente na medida em que seus participantes tenham consciência de que são corresponsáveis pelo seu desenvolvimento e seus resultados (LÜCK, 2011, p. 76).

Concordamos que o CE o maior parceiro do gestor na escola, mas se percebe que ainda é preciso encontrar formas para que a participação de todos os segmentos seja de fato efetivada, e isso passa necessariamente pela conscientização de que quanto maior a participação mais qualidade haverá na gestão administrativa, financeira e pedagógica da escola.

Numa análise inicial das respostas aos questionários pode-se constatar que uma parte das famílias não tem conhecimento do que é o PPP e qual a função do CE, contudo o mais preocupante é perceber que ainda existem professores que não conhecem o PPP da escola em que trabalham. Talvez aí se apresente uma falha da gestão e da equipe pedagógica que não está totalmente atenta a estas questões.

Fazendo uma análise mais aprofundada das respostas, constata-se que as questões propostas nos questionários levaram os sujeitos a refletir sobre sua participação na escola, tanto pais como professores e funcionários concordam que sua participação é importante nestes espaços propositivos e deliberativos e que esta é fundamental para a efetivação da GD no cotidiano da escola. Contudo ainda não

se pode perceber uma mudança significativa no cotidiano da escola, pois nota-se que a participação é baixa, os pais chegam à escola sempre muito apressados, tanto ao deixar quanto ao buscar os filhos, inclusive nas reuniões já entram avisando que tem horário restrito, que precisam sair rápido para chegar logo ao trabalho, deixando subentendido nesta fala que a escola, a educação de seu filho está em segundo plano.

Nas respostas ao questionário os sujeitos da pesquisa são unânimes ao explicitar consciência quando assumem sua baixa participação e entendem que esta problemática tem relação direta com a aprendizagem de seus filhos e de seus alunos, também se mostram dispostos a fortalecer a participação da família na escola. Na prática demonstram que ainda têm dificuldades em comparecer e participar das reuniões, isso é verificado na entrega de avaliações trimestrais ou semestrais, por exemplo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegando ao final deste trabalho de conclusão de curso que teve, através de um projeto de intervenção, o objetivo principal de fortalecer a participação da Comunidade Escolar nos espaços propositivos e deliberativos do CMEB Paulo Freire, retomo as ações realizadas para uma reflexão de nossa prática, enquanto gestores no atual contexto educacional.

Ao pensar e propor a Comunidade que respondesse a um questionário, procurei provocar os sujeitos a refletirem sobre sua participação nos espaços de discussão e decisão que a escola oferece, apesar da boa vontade inicial em seguida foi observado que tanto pais, como funcionários e alguns professores esqueciam ou extraviavam seus questionários. Por diversas vezes novas cópias foram providenciadas para aqueles que se interessavam em responder as questões. Outra dificuldade encontrada para a verificação dos resultados das ações foi a decisão da mantenedora pelo adiamento da revisão do PPP, priorizando a realização dos estudos sobre o Plano Nacional de Educação e a construção das metas do Plano Municipal de Educação.

É importante enfatizar que para a construção e execução da GD tão desejada na escola pública é fundamental a participação das famílias juntamente com os professores, funcionários e ED. Educação e a aprendizagem são processos contínuos bem como a gestão de uma escola, nada está concluso. Assim, por conseguinte a participação também deve ser aprendida e vivenciada no cotidiano por todos os segmentos da Comunidade Escolar.

Um debate mais aprofundado sobre as relações entre a família e a escola é necessário, e dele resultará mais qualidade no ensino, na aprendizagem e na gestão, pois no coletivo, certamente novas alternativas para problemas antigos surgirão. A escola, através dos gestores e professores, precisa acolher mais e melhor a Comunidade, qualificando desta forma as relações de todos os segmentos em seu interior, para tanto é necessário dar voz para aqueles que muitas vezes nem sabem que tem direito a falar, opinar e votar.

Por meio das respostas obtidas nos questionários percebe-se que uma autoavaliação ocorreu por parte dos entrevistados, que de uma forma ou de outra fizeram sua *mea culpa* quanto à própria participação na construção do PPP, nas reuniões de pais e professores, bem como nas reuniões do CE. É nítido que a gestão busca concretizar a GD no interior do CMEB Paulo Freire, pois quando a Comunidade participa ela é ouvida e atendida nas suas demandas, entretanto a pouca participação ainda é um entrave para sua efetivação, demonstrando que ela somente será plena quando a Comunidade Escolar apropriar-se do seu espaço na escola.

Aos gestores do CMEB Paulo Freire cabe divulgar para a Comunidade Escolar a importância do PPP e o quanto a colaboração de todos pode enriquecer o debate e qualificar o ensino. Além de promover discussões e reuniões para a revisão do PPP, o gestor deve também criar estratégias que estimulem esta participação, driblando o desinteresse, a falta de tempo e demais dificuldades para assim promover decisões coletivas sobre as ações e rumos da escola. Fica aqui o desafio para quando forem retomados os trabalhos de estudos e revisão do PPP, que todos possam realmente participar e sejam verdadeiramente agentes da transformação da escola.

REFERÊNCIAS

BIESTA, G. **Para além da aprendizagem: educação democrática para um futuro humano**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2013.

CARBELLO, S. R. C.; GALINA I. F. **Instâncias colegiadas: espaços de participação na gestão democrática da escola pública**. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1090-4.pdf>. Acesso em 08 mai 2015.

CURY, C. R. J. **O direito à educação: um campo de atuação do gestor educacional na escola**. Disponível em <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/jamilcury.pdf> Acesso em 27 mai 2015.

CURY, C. R. J. **A Gestão Democrática na escola e o direito à educação**. RBPAE – v.23, n.3, p. 483-495, set./dez. 2007. Disponível em <http://www.seer.ufrgs.br/rbpae/article/viewFile/19144/11145> Acesso em 27 set 2015.

FERRARO, A. R. **Direito à Educação no Brasil e dívida educacional: e se o povo cobrasse?** São Paulo, SP: Educação e Pesquisa, v.34, n.2, p. 273-289, maio/ago. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ep/v34n2/05.pdf> Acesso em 24 set 2015.

FERREIRA, A. G. C. [et al.]. **Orientações para elaboração de trabalhos acadêmicos: dissertações, teses, TCG de Pedagogia, TCE de Especialização**. Porto Alegre, RS: UFRGS/FACED/BSE, 2014. Disponível em <http://www.ufrgs.br/bibedu/2014%20ORIENTACOES%20PARA%20ELABORACAO%20DE%20TRABALHOS%20ACADEMICOS.pdf> Acesso em 10 mai 2015.

FLORES, M. L. R.; SILVA, M. B. G. (Orgs.) **Formação a distância para gestores em educação básica: olhares sobre uma experiência no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, RS: Evangraf, 2014.

FRANCO, M. A. S. **Pedagogia da Pesquisa-Ação**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set./dez. 2005. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a11v31n3.pdf>. Acesso em 10 fev 2015.

LÜCK, H. **A gestão participativa na escola**. 10ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. Série Cadernos de Gestão, Volume III.

LÜCK, H. **Gestão educacional, uma questão paradigmática**. 9ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. Série Cadernos de Gestão.

MARTINS, R. B. **Educação para a cidadania: o Projeto Político-pedagógico como elemento articulador**. In: VEIGA, I. P. A; RESENDE, L. M. G. (Orgs.) Escola: Espaço do Projeto Político-pedagógico. Campinas, SP: Papyrus, 2010. P. 49-73.

PARO, V. H. **Gestão Escolar, Democracia e Qualidade do Ensino**. 1ª ed. – São Paulo: SP: Ática, 2007. Série Educação em Ação.

PERONI, V. M.V. **A Gestão Democrática da educação em tempos de parceria entre o público e o privado**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v23n2/a03v23n2.pdf> Acesso em 26 set 2015.

RICHARDSON, R. J. **Como fazer Pesquisa Ação?** Disponível em http://moodle3.mec.gov.br/ufrgs/file.php/45/Projeto_Vivencial/PV1/RICHARDSON_Como_fazer_Pesquisa_Acao.pdf Acesso em 10 fev 2015.

RIOS, M. C. **O gestor escolar e as novas tecnologias**. Disponível em http://unifia.edu.br/revista_eletronica/revistas/educacao_foco/artigos/ano2011/gest_tec.pdf. Acesso em 20 mai 2015.

TRIPP, D. **Pesquisa-ação: uma introdução metodológica**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a09v31n3>. Acesso em 10 fev 2015.

APÊNDICES

Nesta seção consta, além dos quadros com as respostas agrupadas e categorizadas, uma descrição da oficina realizada com os alunos.

A - QUADRO DE RESPOSTAS I: Famílias

| Mãe e Pais | Importância PPP Funcionamento Escola Necessidade participação/atualização (6/8) | Papel da Família na Escola (1) | Relação participação CE Desenvolvimento Filho (3) | Dificuldade participação CE (4) |
|------------|---|---|--|--|
| 1 | Norte da escola Ensino dentro da realidade Valorize o conhecimento dos alunos Conhecer a realidade da escola Falar sobre o que conheço da realidade da comunidade Opinar sobre a organização pedagógica | União pela aprendizagem do meu filho Melhoria educação | Sei da importância apesar de nunca participar | Horário das reuniões Muita ocupação |
| 2 | Idealização da escola Caminhos para atingir metas e objetivos Compromisso de todos Formação de cidadãos Alcançar objetivos educacionais | Manter-me informada Cooperar | Não participo, mas apoio a escola nas decisões Parceria família e escola Incentivando meu filho | Horário das reuniões Falta de tempo |
| 3 | Eixo norteador Define os procedimentos do trabalho pedagógico Constantes mudanças cotidianas PPP deve atender as demandas da educação atual | Acompanhar o desenvolvimento Parceria com professoras | Qualidade do ensino Bom tratamento | Horário das reuniões |
| 4 | Transparência para os pais Projetos e regras Organização Cidadão que eu gostaria que a escola formasse | Incentivando Participando das reuniões e das atividades | Tudo na escola passa pela decisão do Conselho | Horário de trabalho |
| 5 | O método e a direção que a escola | Participar das atividades | Ao me envolver posso opinar | Horário das reuniões |

| | | | | |
|---|--|---|--|---|
| | segue O destino do meu filho está sendo discutido | Acompanhar os trabalhos desenvolvidos | para o desenvolvimento pleno de meu filho | |
| 6 | Garantir a democracia Implementar a linha pedagógica Garantir o compromisso com as demandas da comunidade | Participar efetivamente do processo educativo | Toda política escolar tem relação direta com a aprendizagem dos estudantes | Nunca participei Não tenho dificuldade |
| 7 | Não deve ficar engavetado e sim usado no cotidiano Faço parte da comunidade Tenho direito Deve ser pensado para a construção do conhecimento dos alunos | Contribuir na aprendizagem Construção da escola | Contribuir com as solicitações da escola | Horário de trabalho |
| 8 | Dar ideias Bom funcionamento da escola Melhoria da escola Melhor futuro dos meus filhos e da escola Priorizar soluções dos problemas | Comparecer na escola Saber da aprendizagem e relacionamento com todos | Estar ciente das propostas Melhorar o aprendizado | Sempre que posso |
| 9 | Conscientização dos objetivos da escola Espaço de formação de cidadãos Formação da sociedade | Incentivar meu filho Participar das reuniões com intenção de colaborar Propor ações para melhorar | Desenvolver mais e adequadamente a aprendizagem Melhorar espaços e vida escolar | Não Nenhuma dificuldade |

Fonte: Elaborado pela autora.

B - QUADRO DE RESPOSTAS II: Professores

| Professores | Identidade escola/PPP (2) | Participação/Construção Coletiva PPP (3/4) | Papel CE (8) | Dificuldade Participação CE (9) |
|-------------|--|---|--|---|
| A | Necessário atualizar | Atingir objetivos Interesse de todos | Decisões administrativas | Horário das reuniões Alguém para substituir. |
| B | Rever mudanças | Esta de acordo realidade comunidade Contribuição da comunidade | Distribuição das verbas | Nenhuma |
| C | Construção em conjunto | Olhares múltiplos Ideias diferentes Envolvem prioridades, ações | Decisões imediatas | Nunca Distância/horário das reuniões |
| D | Coerente com momento | Representa o desejo da comunidade Efetivação na prática | Participar, opinar, deliberar, aprovar gastos | Sempre |
| E | Não 100% Rotatividade de profissionais dificulta | Compromisso de todos que participam da construção Promove trabalho sincronizado | Observar direitos e deveres de todos | Somente no estágio como ouvinte |
| F | Consonância com realidade | Professores e funcionários dariam conta da revisão Diálogo enriquece as relações | Respaldo financeiro e administrativo | Participo na eleição |
| G | Inclusão social | Todos devem contribuir Direção Caminho para as ações | Ideias Melhorias Fiscalização das verbas | Horário das reuniões |
| H | Deve ser atualizado | Trabalhar a realidade da comunidade Saber a realidade para coloca-lo em prática | Elo comunidade e escola | Horário das reuniões |

| | | | | |
|---|--|---|---|--|
| I | Democracia/autonomia Valoriza diferentes opiniões | Compartilhar tudo para ser democrático Valor do trabalho Demonstrar saberes Sentirem-se parte Desejo/objetivo comum | Garantir participação Decidir e executar ações | Falta de interesse Horário das reuniões |
| J | Ajustes mudanças Educação integral | Parte da Gestão democrática Envolver toda comunidade | Decidir Acompanhar e Fiscalizar | Carga horária extensa |
| K | Acesso e permanência | Atender necessidades da comunidade Processo democrático | Decisões pedagógicas e orçamentárias | Horário das reuniões Pouca divulgação |
| L | Qualidade da educação | Prol dos alunos e comunidade Trabalho coletivo Expandir ideias | Auxiliar Contribuir Bem dos alunos | Sempre |
| M | Valoriza a história e realidade do aluno | Construção de todos Todos se sintam parte da escola Representação da comunidade | Responsável pela democracia na escola | Horário das reuniões Faculdade a noite Filho Pequeno |
| N | Revisar mudanças educacionais e globais | Principal interessada Protagonistas Autores Determinam ações | Discutir Avaliar Decidir | Horário das reuniões |
| O | Formação de cidadãos Caráter político | Todos são responsáveis pela construção Realidade dos alunos Histórias de vida | Articulação entre escola e comunidade | Horário das reuniões |

Fonte: Elaborado pela autora.

C - QUADRO DE RESPOSTAS II: Funcionários

| Funcionários | Identidade escola/PPP (2) | Participação/ Construção Coletiva PPP (3/4) | Papel CE (8) | Dificuldade Participação CE (9) |
|--------------|---|--|--|-----------------------------------|
| V | Expressa os métodos de ensino | Comunidade faz parte convívio escolar Sugestões para planejar e inovar | Toda situação passa pelo Conselho Escolar | Nenhuma |
| W | Características da instituição | Sempre que houver mudanças Levar em consideração as opiniões da comunidade que é “atingida” | Opinar, decidir Fiscalizar gastos e ações | Distância Horário das reuniões |
| X | Foi construído coletivamente | Todos os envolvidos devem ser consultados Opiniões diferentes enriquecem a discussão | Acompanhar o PPP Resolução de problemas | Horário das reuniões |
| Y | Consta metas, objetivos e ideais | Representa a realidade Contribuição de todos pode construir uma nova realidade | Expor opiniões Melhorar a escola para os alunos | Falta de interesse |
| Z | Necessário revisar e atualizar em breve | Somente pessoas com conhecimento do assunto Profissionais da área da educação | Aproximar a escola da comunidade Resolver questões de convivência | Falta de convite |

Fonte: Elaborado pela autora.

D - Oficina lúdico-pedagógica com os Alunos:

Objetivo

Conhecer sua Certidão de Nascimento e o Projeto Político-Pedagógico da Escola.

Material

Cópia da Certidão de Nascimento, Projeto Político-Pedagógico da Escola, computadores, internet e lápis de cor.

Atividade inicial

No laboratório de informática apresentar os seguintes vídeos para que os alunos saibam o que é a Certidão de Nascimento e qual sua função:

Vídeo sobre a importância deste documento

<http://www.youtube.com/watch?v=3HsXNtwGm1A>

Vídeo Campanha 2009 – Governo Federal

<http://www.youtube.com/watch?v=laVqqUdWymw>

Metodologia

Roda de conversa com os alunos sobre o tema, da necessidade e importância de que toda criança ao nascer deve ser registrada por meio deste documento. Que ali estão detalhadas informações importantes, desde o nome completo, a data, hora e o local do nascimento, até o nome dos pais e avós. Para a realização desta atividade, uma cópia do documento será providenciada anteriormente na secretaria da escola, com a Certidão de Nascimento em mãos, as crianças serão desafiadas a encontrar e colorir as informações nela contidas. Perguntar para os alunos se já haviam visto sua a Certidão de Nascimento, o que acham mais importante/interessante nela.

Num segundo momento depois de bastante explorar este documento apresentar a Certidão de Nascimento da escola – o Projeto Político-Pedagógico. Ler para os alunos todas as informações de criação da escola, associando-as para que as interpretem tais como as suas próprias que foram vistas anteriormente.

No terceiro momento explicar que o Projeto Político-Pedagógico é uma construção coletiva onde todos os pais, alunos, professores, funcionários e comunidade em geral podem e devem participar da sua revisão que estará acontecendo este ano em nossa escola, e o quanto a participação de todos é importante para que cada vez a escola seja melhor e que a educação seja qualificada em Esteio, no RS e no Brasil.

Avaliação

A avaliação será realizada em todos os momentos propostos, por meio da observação dos alunos e da compreensão da turma sobre a singularidade dos dois documentos apresentados e sua importância no contexto da vida de cada um de nós e do CMEB Paulo Freire.

ANEXO

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Centro Interdisciplinar de Novas Tecnologias na Educação
Faculdade de Educação
Curso de Especialização em Gestão Escolar – Pós-graduação *Lato Sensu*

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

A pesquisadora **Maria Margarete Canabarro**, aluna regular do curso de **Especialização em Gestão Escolar – Pós-Graduação *lato sensu*** promovido pelo Centro Interdisciplinar de Novas Tecnologias na Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – CINTED/UFRGS e da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – FACED/UFRGS, sob orientação da Professora Doutora Jaira Coelho Moares, realizou a investigação A participação da Comunidade Escolar no processo de Gestão Democrática: Um estudo no CMEB Paulo Freire, junto a Comunidade Escolar do CMEB Paulo Freire, no período de março a dezembro 2015.

Os objetivos desta pesquisa foram identificar, a partir de questionários, quais as dificuldades e os motivos da baixa participação nos espaços de discussão da escola. Como também fortalecer a participação das mães, pais, funcionários e professores nos espaços propositivos e deliberativos do CMEB Paulo Freire com vistas à reconstrução do Projeto Político-Pedagógico e a efetivação da Gestão Democrática nesta escola.

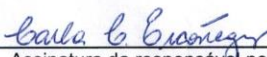
Os participantes desta pesquisa foram convidados a tomar parte da realização de questionários. Os dados desta pesquisa estarão sempre sob sigilo ético. Não serão mencionados nomes de participantes em nenhuma apresentação oral ou trabalho acadêmico que venha a ser publicado. É de responsabilidade a pesquisadora a confidencialidade dos dados.

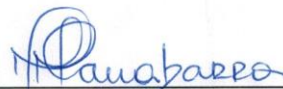
.....

Após ter sido devidamente informada de todos os aspectos desta pesquisa e ter esclarecido todas as minhas dúvidas:

Eu, Carla Coitinho Escosteguy, abaixo assinada, inscrito sob o número de RG 3030313989, responsável pela Secretaria Municipal de Educação e Esporte de Esteio, mantenedora do CMEB Paulo Freire, autorizo a utilização do nome da instituição neste estudo. Fui informada pela pesquisadora sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que foram realizadas na instituição a qual represento.

Carla Coitinho Escosteguy
 Secretária Municipal de Educação e Esporte
 SMEE - Esteio/RS


 Assinatura da responsável pela mantenedora
 Secretária Municipal de Educação e Esporte



Assinatura da pesquisadora

Esteio, 30 de outubro de 2015.